



GRUPO PARLAMENTAR  
MENCIONE-SE, PUBLIQUE-SE  
E EXPEÇA-SE

12,06 2003

Asssembleia da República Gabinete do Partido
N.º de Processo 3551
Classificação
05.02.03 / 1 / 1
Data 03/06/11

Exmo. Senhor  
Presidente da Assembleia da República  
Dr. João Bosco Mota Amaral

REQUERIMENTO Nº 2389/IX (1a) - AC

03.06.12

ASSUNTO: ENCERRAMENTO DO MATADOURO DE VISEU

Segundo notícias que vêm sendo publicadas na imprensa regional e nacional o Matadouro de Viseu encerra em meados de Junho de 2003, sendo esta medida provocada por sucessivas inspecções, iniciadas em 1999, que apontavam já na altura para que este não respeitasse a legislação em vigor, tendo existido protelamentos que levaram a que ao longo de mais de três anos a solução fosse adiada.

Da leitura das várias notícias e declarações, ficam dúvidas quanto à forma como se efectuou a privatização da PEC Lusa em 1999 e os contornos que levaram à sua aquisição por parte de uma nova sociedade denominada Sociedade Matadouros da Beira Litoral, SA, bem como, o grau de responsabilidade desta empresa na situação que agora se coloca, designadamente ao não providenciar quanto à remodelação do actual matadouro e/ ou construção de um novo.

De acordo com relatório da Direcção Regional de Agricultura da Beira Litoral, a transacção, isto é, a privatização, foi efectuada sem que houvesse homologação do matadouro de Viseu, tendo sido opinião unânime dos técnicos que o estabelecimento não reunia as condições necessárias para a sua homologação.

Nesta perspectiva, o citado relatório apontaria para a laboração provisória do estabelecimento, durante um prazo de 12 meses, que coincidiria com o licenciamento da nova unidade de abate, à apresentação de um projecto de remodelação profunda ou da construção de um novo estabelecimento.

Entretanto, outra vistoria de Outubro de 2002 resultou na decisão de encerramento definitivo.

Em citação na imprensa, o Senhor Secretário de Estado das Pescas, Frazão Gomes, teria manifestado muitas dúvidas quanto ao processo de privatização e consequentes vistorias ao matadouro de Viseu, que vêm de 1999.

*Frazão*  
Chefe de Divisão  
16 JUN 2003

Declarações imputadas a um administrador da Sociedade Matadouros da Beira Litoral, SA, Ivo Machado, referem que já na altura sabiam que o matadouro não estava homologado, mas que iria ser e, a dada altura chegaram à conclusão de que as exigências eram muitas e não valia a pena fazer obras, para além de que haveria um grupo de Viseu interessado em construir um novo matadouro.

Ficam dúvidas se esta empresa não estaria obrigada a manter funcional esta estrutura até 2004; ficamos descansados quanto a uma eventual mais valia resultante de especulação imobiliária, ao lermos declarações do Senhor Presidente da Câmara de Viseu afirmando que não o permitirá.

É pois fundamental esclarecer todas as situações, salvaguardar os cinquenta postos de trabalho do matadouro de Viseu, salvaguardar os interesses dos grandes e pequenos produtores de Gado dos Distritos de Viseu e Guarda, da economia do distrito e dos consumidores.

Todo este processo suscita muitas e variadas dúvidas que urge esclarecer, pelo que solicitamos a S. Ex.<sup>a</sup> o Senhor Ministro da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas se digne informar o seguinte:

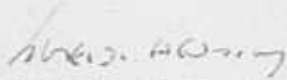
1. Esclarecer as condições em que foi efectuada a privatização da PEC LUSA em Março de 1999 e posterior aquisição pela Sociedade de Matadouros da Beira Litoral, SA, pois estão em causa dinheiros públicos e, independentemente de olharmos para a frente e procurar soluções, urge apurar responsabilidades? Houve concurso público ou ajuste directo? Se sim, em que condições?
2. Esclarecer se o protocolo de que resultou a privatização, acautelou devidamente os interesses dos produtores de Viseu e o facto de o sector ter uma grande relevância neste Distrito, designadamente quanto à manutenção de espaço adequado para abate em Viseu e por que prazo?
3. Esclarecer por quanto tempo a empresa responsável pelo matadouro de Viseu, que assume responsabilidades neste processo, assegurará o transporte gratuito dos animais para Aveiro onde serão abatidos e posterior transporte das carcaças para distribuição? Por outro lado, não assumiu esta empresa a responsabilidade de manter esta estrutura funcional até 2004?
4. Saber em que momento houve efectivo contacto da Associação de Criadores de Gabo da Beira Alta ou de uma "Comissão", com membros do Gabinete do Senhor Ministro da Agricultura, para tratar deste assunto, sendo do

conhecimento público há mais de dois anos que este problema teria um desfecho que seria o encerramento do matadouro?

5. Saber que tipo de ajuda é que o Governo pode dar para a construção de um novo matadouro e qual o grau de envolvimento que poderá ter? Na hipótese de uma candidatura ao programa AGRO, qual a comparticipação e qual seria o valor razoável de um projecto devidamente adequado à região, sem megalománias?
6. Por último, saber em que estado está a acção especial contra o IROMA, movida pela Câmara Municipal de Viseu que reivindica o valor de 1.277.566, 07 € ?

Palácio de S. Bento, 9 de Junho de 2003

*pt* Os Deputados

  
António Almeida Henriques

Melchior Moreira

Carlos Andrade Miranda

Pedro Alves

Eulália Teixeira